



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SILAS JOSE BECKER TORTELLI

COMPLIANCE FINANCEIRO: UM ESTUDO SOBRE A DISCLOSURE DE  
INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE CONTROLE DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

CURITIBA

2019

SILAS JOSE BECKER TORTELLI

COMPLIANCE FINANCEIRO: UM ESTUDO SOBRE A DISCLOSURE DE  
INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE CONTROLE DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

Monografia apresentada ao Departamento de  
Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais  
Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como  
pré-requisito para obtenção do título de Especialista  
em MBA – Auditoria Integral

Orientador: Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe

CURITIBA  
2019

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESTRUTURA DE CARGOS DO COAF .....	24
FIGURA 2 - COMUNICAÇÕES POR ANO.....	29
FIGURA 3 - COMUNICAÇÕES POR ANO E TIPO .....	30
FIGURA 4 - COMUNICAÇÕES POR REGIÃO .....	32
FIGURA 5 - PRODUÇÃO ANUAL DE RIF .....	33
FIGURA 6 - DIFUSÃO DE RIF POR UF.....	34

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 - ESTUDOS ASSOCIADOS AO TEMA COMPLIANCE .....	20
--	----

## RESUMO

A lavagem de dinheiro tem sido um tema muito abordado recentemente devido aos escândalos descobertos, principalmente no Brasil. A ferramenta de *compliance* financeiro surgiu para auxiliar órgãos de fiscalização contábil quanto ao cumprimento da legislação vigente para combater a ilicitudes. O Conselho de Controle das Atividades Financeiras foi criado com a missão de atuar na fiscalizando movimentações financeiras ilícitas. O objetivo deste estudo foi mapear as informações divulgadas no site do Conselho de Controle das Atividades Financeiras, provenientes do resultado da configuração de relatórios de *compliance* financeiro, por comunicações de suspeitas ou em espécie, por ano e regiões. A metodologia utilizada nesta pesquisa classifica-se como: descritiva, explicativa, bibliográfica, documental e quanto a abordagem do problema é qualitativa. Os resultados do estudo apontam para o combate da lavagem de dinheiro e o terrorismo, com uso da ferramenta *disclosure* da divulgação de informações e acusação de atos suspeitos. Verificou-se a relevância desse órgão no combate a ilicitudes financeiras, provenientes do resultado da configuração de relatórios de *compliance* financeiro. Demonstrou-se o crescimento do volume de comunicações nos últimos anos no país e de forma mais expressiva na região sudeste. Houve também o aumento de relatórios de inteligência financeira no decorrer dos anos atingindo o total de 7.360 relatórios em 2018. Este apontamento chama atenção pelo fato de que o maior volume de comunicações de atos ilícitos está concentrado na região sudeste com 58% de todas as outras regiões e verificou-se a necessidade de intensificar a atividade de fiscalização do Conselho de Controle das Atividades Financeiras nesse local para evitar o aumento de ilicitudes no combate a lavagem de dinheiro.

Palavras-chave: *Compliance* Financeiro. *Disclosure* de Informações. Conselho de Controle das Atividades Financeiras.

## **ABSTRACT**

*Money laundering has been a subject recently addressed due to the scandals discovered, mainly in Brazil. The financial compliance tool was created to help accounting supervisory bodies to comply with current legislation to combat illicitities. The Financial Activities Control Council was created with the mission of overseeing illicit financial transactions. The objective of this study was to map the information disclosed on the website of the Financial Activities Control Council, resulting from the configuration of financial compliance reports, for suspect or in-kind communications, by year and region. descriptive, explanatory, bibliographical, documentary and how the approach of the problem is qualitative. The results of the study point to the fight against money laundering and terrorism, using the tool disclosure information disclosure and prosecution of suspicious acts. It was verified the relevance of this body in the fight against financial illicitudes, resulting from the result of the configuration of reports of financial compliance. The growth of the volume of communications in the last years in the country has been demonstrated, and more significantly in the Southeast region. There has also been an increase in financial intelligence reports over the years, reaching a record of 7,360 reports in 2018. This note draws attention to the fact that the largest volume of illicit communications is concentrated in the Southeast with 58% of all other reports regions and there was a need to intensify the supervision activity of the Financial Activities Control Council in that place to avoid the increase in illiquidities in the fight against money laundering.*

*Key words: Financial Compliance. Disclosure of Information. Council for Control of Financial Activities.*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
1.1	CONTEXTO E PROBLEMA	8
1.2	OBJETIVOS	9
1.2.1	Objetivo Geral	9
1.2.2	Objetivos Específicos	9
1.3	JUSTIFICATIVA	10
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>11</b>
2.1	ASPECTOS CONCEITUAIS DO COMPLIANCE	11
2.2	DISCLOSURE DE INFORMAÇÕES	12
2.3	CONTROLE INTERNO	14
2.3.1	Controle Interno Administrativo	15
2.3.2	Controle Interno Contábil	16
2.3.3	Controle interno da segurança da informação	17
2.4	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	18
2.4.1	Estrutura do Sistema Financeiro	18
2.4.2	Lavagem de dinheiro no sistema financeiro	19
2.6	ESTUDOS ANTECEDENTES	20
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>21</b>
3.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	21
3.2	TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DOS PROCEDIMENTOS	21
3.3	TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA	22
3.4	COLETA DOS DADOS E INFORMAÇÕES	22
<b>4</b>	<b>ESTUDO DE CASO–Conselho de Controle das Atividades Financeiras</b>	<b>23</b>
4.1	ESTRUTURA DO COAF	23
4.1.1	Composição da estrutura do COAF e suas atribuições	24
4.2	OBJETO DE ATUAÇÃO	27

4.2.1	Lavagem de dinheiro e Financiamento ao Terrorismo.....	27
4.3	PESSOAS OBRIGADAS NO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES.....	27
4.3.1	Comunicações.....	28
4.3.2	Estatísticas de comunicação.....	29
4.4	PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA.....	32
4.4.1	Estatísticas da produção de relatórios de inteligência financeira (2007- 2018).....	32
4.4.2	Estatísticas da produção de relatórios de inteligência financeira por regiões do país.....	33
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de elucidar previamente o tema desta pesquisa, esta introdução contempla o contexto e problema a serem abordados, os objetivos geral e específicos bem como a justificativa.

### 1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

No mundo atual não se pode apenas exigir que os outros respeitem as regras e exerçam suas atividades e missões com ética e respeito ao próximo, mas deve-se realizar uma auto-reflexão acerca dos caminhos seguidos e da marca a ser deixada para trás. No tocante ao assunto surge o questionamento: a fiscalização mútua poderia contribuir para a construção de um mundo melhor?

O termo muito utilizado *compliance* pode ser definido como estar em acordo com as regras e normas impostas por qualquer que seja a organização, sendo legislação, órgãos reguladores ou códigos de ética. Logo, tal termo torna-se um instrumento de valor e honra tanto para uma pessoa física quando para uma organização empresarial. (ROCHA, 2018).

Organizações empresariais, que possuem dentro de seu planejamento econômico a visão das atividades financeiras de seus envolvidos (físicas ou jurídicas), utilizam o *compliance financeiro* como grande aliado no monitoramento e avaliação de movimentações financeiras. Devido à necessidade de estarem em conformidade com a legislação vigente, as empresas não devem fechar os olhos para qualquer atipicidade apresentada. (DE LIRA, 2014).

No Brasil o monitoramento e REPORT de movimentações financeiras teve início após a criação da Lei Nº 9.613, de 03 de Março de 1998 que instaurou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF o qual tem a função de compilar informações financeiras para elaboração de relatórios de inteligência financeira e repasse a órgãos investigativos e punitivos. Por meio de processos internos, pessoas obrigadas pela mesma lei de criação do COAF devem monitorar principalmente seus clientes para verificar se suas movimentações e operações financeiras estão em conformidade com as regras estabelecidas no país, tendo como

foco principal a prevenção da lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Isso traz para o país informações valiosas que, combinadas com indícios de outras vias de informações, auxiliam no combate a crimes que envolvem circulação de recursos. (ROCHA, 2018).

Neste sentido, surge o problema da pesquisa: quais as informações divulgadas no *site* do Conselho de Controle das Atividades Financeiras durante seus 20 anos de criação que podem ser relacionadas ao *compliance* financeiro?

## 1.2 OBJETIVOS

A fim de nortear o desenvolvimento deste estudo, foram estabelecidos os objetivos geral e específicos.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Mapear as informações divulgadas no site do Conselho de Controle das Atividades Financeiras, provenientes do resultado da configuração de relatórios de *compliance* financeiro, seja por comunicações suspeitas ou em espécie, por ano e regiões.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de obter maior detalhamento das etapas a serem seguidas para realização do projeto foram estabelecidos os objetivos específicos, a saber:

- a) Identificar as informações pela natureza em que estão disponíveis no sítio do COAF;
- b) Levantar os principais órgãos que fornecem informações para serem compiladas e analisadas pelo COAF;
- c) Consolidar as informações divulgadas pelo COAF para demonstrar as principais evidências de não conformidade dos usuários do sistema financeiro.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O referido tema é do interesse do autor pelo fato de se tratar do resultado final do trabalho que executa atualmente, sendo que diariamente este encontra-se ligado às novidades e atualizações do órgão público denominado Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). O autor ressalta que considera este um trabalho extremamente gratificante pelo fato de tratar informações que, somadas, se tornam de grande importância no combate a crimes financeiros.

Os relatórios financeiros de *compliance* emitidos por tal órgão têm início por meio de pequenas atipicidades financeiras que são analisadas em processos administrativos de todos os bancos do país e também de outras instituições que são obrigadas a efetuar comunicações. O COAF compila todas essas informações e, caso necessário, encaminha para o Ministério Público Federal para a abertura de uma investigação criminal.

A pesquisa aqui desenvolvida será destinada a qualquer pessoa interessada em conhecer um pouco mais a respeito das instituições que são obrigadas a comunicar movimentações atípicas de seus envolvidos e também de como o COAF efetua o tratamento de tais informações.

As informações a serem analisadas neste projeto foram retiradas do próprio sítio do COAF, sendo essas divulgadas em tabelas e figuras. Contudo, o objetivo deste projeto foi fornecer diferentes entendimentos a respeito dessas informações além de descrevê-las de modo que qualquer leitor consiga entender a mensagem, mesmo sem qualquer conhecimento técnico de *compliance* financeiro.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura aqui apresentada visa proporcionar maior entendimento acerca do tema a ser abordado nesta pesquisa.

### 2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DO COMPLIANCE

A palavra *compliance* está relacionada ao verbo em inglês *to comply*, que significa estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos. (DE LIRA, 2014).

Por se tratar de um assunto recente e bem abrangente, tal tema pode estar, muitas vezes, relacionado com a ética intrínseca a cada indivíduo e a ética profissional. Assim, “a busca pela aderência entre a ética individual e a coletiva é denominada *COMPLIANCE*”. (SANTOS et al., 2013, p.53).

De forma complementar, Terra et al (2018, p. 32) reiteram que:

Para os indivíduos, COMPLIANCE é um comportamento e, para as organizações, COMPLIANCE é um conjunto de processos que regula os comportamentos dos indivíduos. Por esta razão, os conteúdos relativos à COMPLIANCE têm relação direta com a ética empresarial. (TERRA et al., 2018, p.32).

No ambiente corporativo *compliance* pode ser relacionado a um conjunto de procedimentos que envolvem a mensuração de riscos, apuração e análise de informações e *report* para superiores e órgãos reguladores.

Conforme citado pela Associação Brasileira de Bancos Internacionais:

O compliance executa suas atividades de forma rotineira e permanente, sendo responsável por monitorar e assegurar de maneira corporativa e tempestiva que as diversas unidades da Instituição estejam respeitando as regras aplicáveis a cada negócio, por meio do cumprimento das normas, dos processos internos, da prevenção e do controle de riscos envolvidos em cada atividade. (ABBI, 2004, p.14).

Logo, o *compliance* estabelece um importante dispositivo para a credibilidade de empresas no país. Sendo assim, Rocha (2018, p.3) ressalta que “os últimos anos no Brasil têm sido cruciais para a propagação do tema *compliance* e de uma cultura de conformidade nas nossas organizações. Além de tratar de assuntos como transparências e ética, um ponto fundamental”. Além disso, o *compliance* tem como

principal objetivo avaliar se os processos da empresa estão de acordo com leis vigentes do país e códigos e regulamentos próprios da instituição, sempre prezando pelo ponto de vista ético. Segundo Ernst et al. (2015, p.1)

A implementação de um programa robusto de conformidade e ética com base nos valores da empresa e na conformidade adequada baseada em riscos ajudou as empresas a manter a integridade e evitar ou minimizar os problemas de não conformidade. (ERNST et al, 2015, p.1).

Tal ferramenta passou a ter maior relevância no país após a publicação das Leis, a saber:

Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências (BRASIL, 1998).

Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências (BRASIL, 2013).

Atualmente, os métodos de *compliance* se tornaram a maior ferramenta para a avaliação de indícios que podem levar a crimes praticados por usuários de serviços financeiros. Tendo como foco lavagem dinheiro, Amorim et al (2012, p.23) descrevem que

*COMPLIANCE* insere-se como mais uma ferramenta, que evidenciará se a Instituição está em observância com os normativos vigentes, inclusive aqueles relacionados à prevenção da lavagem de dinheiro, assegurando o bom funcionamento dos regulamentos, e, conseqüentemente, a aplicação dos mesmos. (AMORIM et al, 2012, p.23).

Haja vista a relevância social do *compliance*, tal ferramenta tem sido muito utilizada por todos os tipos de segmentos de empresas.

## 2.2 DISCLOSURE DE INFORMAÇÕES

Segundo a tradução da língua inglesa, *disclosure* significa o ato de fazer algo ser conhecido, divulgado. (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2018). Logo, Hendriksen et al (1999, p.512) citam que, “divulgação simplesmente quer dizer veiculação de informação”.

Informações divulgadas implicam em grande responsabilidade pois são utilizadas no processo decisório dos usuários, sendo que devem ser elaboradas de forma a respeitar os limites e conhecimentos de cada usuário e ser o mais compreensível possível. Dessa forma, Beuren et al, (2006, p.38) ressaltam que “O *disclosure* desses elementos é fundamental para auxiliar no processo decisório dos diferentes usuários dessas informações”. Aquino et al (1992, p.19) complementam que o *disclosure* está “baseado na necessidade e na demanda de cada usuário. A definição do que é informação útil deve ser resultante do contínuo processo de interação entre prestador e tomador da informação”.

O *disclosure* é um termo muito utilizado no ambiente corporativo tendo papel importante para a sociedade como fonte de informação de resultados alcançados, situações patrimoniais e planejamentos futuros. Logo, Laudelino (2008, p. 12) afirma que “no atual contexto empresarial, a evidenciação é relevante tanto para os gestores quanto para os investidores, pois, diariamente, eles precisam tomar decisões e aproveitar oportunidades de negócios”. Além disso, segundo a Controladoria-Geral da União “o fornecimento de dados em formato aberto permite seu tratamento de forma mais eficiente e potencializa a utilização dos dados pela sociedade, sendo fundamental a qualquer iniciativa que vise apoiar a participação social” (BRASIL, 2015, p.33).

No ambiente corporativo, também relacionado a todas as outras questões de divulgação de informação, fica claro que se deve divulgar informações de um modo integral e não apenas o que é positivo, pois a divulgação de informações negativas protege o usuário. Assim Goulart (2003, p. 61) cita que “a divulgação, por parte das empresas, de todas as informações, positivas e negativas, que tenham relevância para os usuários da informação” é essencial para a proteção do usuário.

A contabilidade, uma das áreas de maior divulgação de informações, tem o *disclosure* como uma importante ferramenta de trabalho. Dessa forma, Niyama et al (1996, p. 65), afirmam que o *disclosure* “diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis”. Além disso, o *disclosure* é também empregado em ambientes públicos, nos quais é do interesse de todos, os trabalhos executados.

## 2.3 CONTROLE INTERNO

Controle interno é um tema que cada vez mais vem tomando destaque dentro das empresas e atualmente não está somente restrito às grandes corporações, mas também aplicado a pequenas e médias empresas além de empresas públicas que tem buscado ferramentas para a aplicação de controle. Albuquerque (2011, p. 4) cita que “controles internos têm sido um tema amplamente discutido desde 2002, com a repercussão no mercado corporativo de casos graves de fraudes, que causaram prejuízos a milhares de investidores no mercado de ações”.

Sobretudo, o controle interno abrange diversas questões dentro das organizações, sendo públicas ou privadas, desde o desempenho dos administradores até mesmo a análise de riscos internos e externos. Pereira (2004, p. 2) cita que “confrontadas as visões de controles internos empresariais, percebe-se a existência de duas visões, aparentemente, distintas: foco antifraude e foco de gestão”. De forma complementar, Ritta (2010, p. 64) ressalta que:

A estrutura de controle interno pode ser definida como os processos executados para fornecer segurança razoável com relação ao cumprimento dos objetivos da instituição, quanto à eficiência e eficácia nas operações, integridade dos relatórios financeiros e aderência às leis e normas aplicáveis. (RITTA, 2010, p.64).

Tendo como basea metodologia COSO, proposta pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras do Treadway, considerada atualmente uma ferramenta importante na implementação de controles internos:

Controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade. (COSO, 2013, p.06).

Uma entidade que não faz uso de controles internos põe em risco sua continuidade pois não está monitorando seu passado e nem os resultados da gestão que está aplicando atualmente. Assim, Pederneiras et al (2018, p.4) afirmam que “o controle interno é inerente ao funcionamento da entidade. Sem controle interno, ou com

controle interno fragilizado, a entidade fica sujeita aos descaminhos, aos desvios de recursos, a gestão fraudulenta”.

Desta forma, todo controle interno deve passar por constantes avaliações de regularidade, sendo estes procedimentos que interligam toda a instituição nos ambientes estratégicos e operacionais. Logo, Ritta (2010, p.68) afirma que “o sistema de controle interno pode ser passível de falhas e erros, provocados pela falta de compreensão plena dos procedimentos ou por fraudes com intuito de causar prejuízos à entidade”. É de extrema importância que os processos de controle estejam claros a todos os envolvidos, havendo fácil acesso a materiais de consulta por todos os funcionários. Neste sentido Almeida (2012, p. 58) ressalta que “as atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização”.

Contudo, infere-se que instituições que possuem rígidos controles em seus procedimentos, são consideradas sólidas e não necessitam de grandes avaliações para serem auditadas.

### 2.3.1 Controle Interno Administrativo

O controle interno é uma grande ferramenta administrativa para a avaliação dos resultados das organizações, demonstrando como os procedimentos estão sendo executados para que o objetivo da empresa seja atingido, deixando claro todos os caminhos utilizados para cada atividade. De acordo com Maximiano (2009, p.51) tem-se que “no processo de administração, o processo de controle não tem o significado popular de fiscalização. Controle é o processo de produzir e usar informações para tomar decisões sobre a execução de atividades e sobre os objetivos”.

Todas as atividades da organização devem ser avaliadas por controles internos, sendo que, na visão de Gramling et al (2012, p.157), “o controle interno é aplicado a todas as atividades da organização, desde as áreas funcionais, como *marketing*, unidades operacionais, como uma divisão da uma empresa até inter-relações com outras instituições”. Assim, a administração da empresa por meio dos relatórios conclusivos de avaliação dos controles internos, consegue visualizar de forma



abrangente toda a instituição, tendo com facilidade a possível identificação de falhas que chegam até a administração, potencializando o trabalho de avaliação de informações internas e externas para as melhores e mais assertivas tomadas de decisões. Além disso, Gramling et al. (2012, p.179) ressaltam que “o objetivo da administração na avaliação de controles internos é obter dados de qualidade elevada para tomar boas decisões empresariais”.

Para a correta avaliação de controles, é preciso que os mesmos estejam alinhados com os planos estratégicos da organização, estando aprovados pela alta gestão, conforme caracteriza Attie (2011, p.193) ao afirmar que “controles administrativos: compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que dizem respeito à eficiência operacional e à decisão política traçada pela administração”. Todavia, isso traz facilidade e sinergia para todo o funcionamento da empresa.

Procedimentos são controlados por meio de pequenas ou grandes formas, nas mais variadas atividades dos diferentes departamentos, sendo manipulados por posições estratégicas e operacionais. Segundo Almeida (2012, p. 57)

São exemplos de controles administrativos: análises estatísticas de lucratividade por linha de produtos; controle de qualidade; treinamento de pessoal; estudos de tempos e movimentos; análise das variações entre os valores orçados e os incorridos; controle dos compromissos assumidos, mas ainda não realizados economicamente. (ALMEIDA, 2012, p.57).

O controle administrativo é utilizado para que as previsões futuras sejam concluídas de forma satisfatória, sendo todos esses processos registrados para que haja prestação de contas e divulgação de informação para os interessados.

### 2.3.2 Controle Interno Contábil

Controles contábeis são estipulados para o correto registro das mutações patrimoniais que são resultado dos objetivos executados pela administração dentro de um período, sendo que os mesmos devem estar alinhados diretamente com as legislações vigentes. Na visão de Attie (2011, p.192) “controles contábeis compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos

diretamente relacionados, principalmente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis”.

Os procedimentos de controle interno aplicados nas demonstrações contábeis, resultado final de todos os registros financeiros, são de grande relevância na valorização e confiabilidade das mesmas. Procedimentos de controles contábeis são, conforme Almeida (2012, p. 57), “[...] sistemas de conferência, aprovação e autorização; segregação de funções (pessoas que têm acesso aos registros contábeis não podem custodiar ativos da empresa); controles físicos sobre ativos; auditoria interna”.

Os procedimentos refletem a responsabilidade que a empresa tem sobre a sua divulgação de informação, sendo atualmente elaborados, auditados e divulgados todos de forma digital, sobre sistemas de informação.

### 2.3.3 Controle interno da segurança da informação

Sistemas de informações atualmente são a base para todos os processos dentro de qualquer organização, sendo que interligam todo o fluxo operacional, salvaguardando informações estratégicas. Sendo assim, é de grande relevância que os mesmo sejam controlados e monitorados. Gramling et al. (2012, p. 172) aponta que

Os controles gerais de computadores são aqueles que afetam todas as aplicações computadorizadas. Estes controles se preocupam com o seguinte: planejamento e controle da função de processamento de dados. Controle do desenvolvimento de aplicativos e alterações de programas e/ou arquivos e registros de dados. Controle de acesso a equipamentos, dados e programas. Garantia da continuidade das operações, para que falhas de controle não afetem dados ou programas. Controle da transmissão de dados. (GRAMLING et AL. 2012, p.172).

Falhas nos sistemas ou invasões externas podem se tornar um grande problema, podendo afetar a continuidade da organização. Logo, Attie (2011, p.200) conceitua que

O uso dos equipamentos e sistemas computacionais, em escala cada vez maior, resultou também num aumento de vulnerabilidade de controles internos, que se não adequados e eficientemente planejados resultam em válvulas de escape de grande perigo para as empresas e de consequências irreversíveis, dependendo da expressividade e da exposição que as deficiências de controle permitem. (ATTIE, 2011, p. 200).

Organizações devem dar muita atenção aos seus controles, principalmente instituições altamente reguladas, como as organizações bancárias e todas as outras pertencentes do Sistema Nacional Brasileiro.

## 2.4 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é caracterizado como toda a movimentação de recursos financeiros dentro de uma nação, seja em espécie, por meio de uma instituição financeira ou de produtos como: transferências entre contas, depósitos, pagamentos ou compensações de cheques. A Constituição Federal Brasileira legisla que o SFN seja estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país servindo os interesses da população, sendo regulado por leis complementares (BRASIL, 1988). Todavia, sua principal função é a correta circulação de recursos entre os indivíduos do país. Accorsi (2014, p.51) cita que “o sistema financeiro desempenha papel fundamental na economia moderna ao concentrar recursos dos poupadores e canalizá-los aos investidores, os quais agregam mais produtos e serviços à sociedade”.

No Brasil, assim como em todos os outros países, o sistema financeiro é constantemente modificado conforme situações externas do mercado em geral que venham afetar a circulação de recursos. Neste sentido, Oliveira et al. (2003, p.48) afirmam que no Brasil:

O sistema financeiro brasileiro passou por profundas transformações ao longo da década de 1990. A abertura do sistema financeiro ao capital estrangeiro, a queda da inflação, as crises financeiras mundiais, e o Plano Real tiveram grande impacto sobre o sistema. (OLIVEIRA et al, 2003, p.48).

A estrutura do SFN é formada por agentes importantes que prezam pelo bom funcionamento de todo o ciclo, sendo que problemas nos sistemas podem acarretar consequências graves para todo o país como a livre circulação de recursos ilícitos.

### 2.4.1 Estrutura do Sistema Financeiro

O Sistema Financeiro é estruturado seguindo os princípios de controle estratégicos, táticos e operacionais. Segundo o Banco Central do Brasil (2019, s.p.)

O SFN é organizado por agentes normativos, supervisores e operadores. Os órgãos normativos determinam regras gerais para o bom funcionamento do sistema. As entidades supervisoras trabalham para que os integrantes do sistema financeiro sigam as regras definidas pelos órgãos normativos. Os operadores são as instituições que ofertam serviços financeiros, no papel de intermediários. (BCB, 2019, s.p.).

Assim tem-se controles estabelecidos e destinados para um dos problemas do SFN que possui relação direta com o foco principal dessa pesquisa: a lavagem de dinheiro.

#### 2.4.2 Lavagem de dinheiro no sistema financeiro

Lavagem de dinheiro está diretamente relacionada a todos os crimes que tenham como fim a obtenção de recursos ilícitos, sendo que para a utilização desses recursos o criminoso necessita que os mesmos possuam aparência lícita. Conforme aponta Jung (2007, p.41) configura lavagem de dinheiro “uma atividade ou uma série de atividades, que tem como objetivo dar aparência legal e introduzir na economia recursos financeiros ou outros bens e direitos obtidos ilegalmente”. Tal atividade tem ligação direta com instituições administradoras de recursos, tanto é que Jatahy et al (2004, p. 89) afirmam que:

A lavagem de dinheiro se dá por diversos mecanismos, mas alguns setores da economia são mais visados, destacando-se os paraísos fiscais, as bolsas de valores, o mercado de seguros, o mercado imobiliário, as loterias e jogos, e, principalmente, devido à velocidade e abrangência que dá aos recursos “lavados”, as instituições financeiras. (JATAHY et al, 2004, p.89).

Ainda segundo os autores, os recursos aparentemente lícitos circulam constantemente dentro da economia, sendo que

A lavagem de dinheiro é uma atividade em expansão, com desenvolvimento rápido e concentrado na última década do século XX. Estima-se que cerca de US\$500 bilhões em dinheiro “sujo” (cerca de 2% do PIB mundial) transitam anualmente na economia. (JATAHY et al., 2004, p. 89).

Contudo, os agentes operadores do sistema financeiro, com o auxílio de controles internos, devem estar em conformidade com leis e regulamentos que previnam transações de recursos ilícitos em movimentações financeiras.

## 2.6 ESTUDOS ANTECEDENTES

Diversos estudos já foram divulgados em relação ao tema *compliance* e prevenção a lavagem de dinheiro, envolvendo esses temas com controles internos e o impacto na sociedade e no mercado financeiro, conforme aponta o quadro abaixo.

QUADRO 1 - ESTUDOS ASSOCIADOS AO TEMA COMPLIANCE

Autor/Ano	Título	Objetivo	Resultados
Silva et al, 2010. p.300 – 310	Prevenção a Lavagem de dinheiro em Instituições financeiras: avaliação do grau de aderência aos controles internos	Analisar o nível de conhecimento dos funcionários das agências bancárias selecionadas quanto à prevenção de crimes de lavagem de dinheiro.	Ficou demonstrado por meio da pesquisa que a maioria dos funcionários conhece os mecanismos de prevenção ao crime, têm boa percepção do risco a que os bancos estão expostos e detêm conhecimento quanto aos normativos de controle. Os principais itens de controle instituídos pelos normativos do Banco Central do Brasil são cumpridos pelas instituições, especialmente no que se refere à implantação de sistemas próprios de detecção ao crime, à obediência ao princípio “conheça seu cliente” e ao treinamento dos funcionários para prevenir a lavagem de dinheiro.
Amorim et al, 2012. p. 23 – 35	Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e compliance no combate e prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil	Verificar quais os impactos da implementação de controles internos, auditoria e COMPLIANCE na prevenção e combate à lavagem de dinheiro no Brasil	Pelos motivos expostos, mostra-se necessária uma eficaz repressão ao crime de lavagem de dinheiro, adotando-se controles internos e COMPLIANCE, em todos os setores alvo de lavagem de dinheiro, como forma de evitar que os criminosos possam fazer proveito dos valores obtidos de forma ilícita, evitando que os mesmos mantenham a criminalidade organizada em funcionamento, contaminando, por derradeiro, toda a sociedade.
Ramos, 2010. p. 14 – 22	Corrupção na administração pública e crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores	Apresentar razões e fatores estratégicos que contribuem para a prática de atos de corrupção na Administração Pública e sua relação, na condição de antecedentes com os crimes de ‘lavagem de dinheiro’	Cabe à Administração Pública a vanguarda na adoção de medidas contra a corrupção e a lavagem de dinheiro, mas a situação ainda está longe do ideal. Infelizmente, os órgãos de controle interno no País, diferentemente do que prega a Carta Magna em seu art. 74, ainda não atuam, conjunta e integradamente, de forma satisfatória nas diversas esferas de governo. Convém não olvidar que eles ainda carecem de mais conhecimentos quanto aos mecanismos e tipologias da lavagem de dinheiro que se constituem em uma espécie de crime dos mais sofisticados da atualidade.

FONTE: Autor(2019).

Contudo, os autores focaram em avaliar o conhecimento dos temas em agências bancárias, na administração pública e no Brasil como um todo.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta seção apresenta de forma detalhada a metodologia empregada para desenvolvimento deste estudo.

#### 3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

A análise do *compliance* financeiro sobre a visão regulatória brasileira é um assunto pouco explorado no Brasil tendo considerável relevância nos últimos anos, sendo a pesquisa levada para o caráter exploratório. Beuren (2006, p.80) dispõe que “por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”. Deste modo o presente projeto foi caracterizado, junto a outros conceitos, um estudo que contempla o assunto de modo mais aprofundado, assim delimitando o tema e trazendo maior enfoque de pesquisa.

Esta pesquisa se classifica como descritiva pelo fato de empregar a coleta de dados divulgados por um órgão público nacional para interpretação e análise além da adoção de técnicas e teorias que serão fundamentais para a validação científica do estudo. Levando em consideração o que cita Cervo et al (1983, p. 55) “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Logo, os dados foram tratados sem nenhuma intervenção que possa demonstrar resultados equivocados em decorrência da interpretação do autor.

#### 3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DOS PROCEDIMENTOS

Para o auxílio da explanação do tema *compliance*, o presente estudo foi elaborado por meio de levantamento bibliográfico de trabalhos científicos publicados até o momento. Neste sentido, Gil (1996, p.48) esclarece que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Logo, para este projeto os estudos revelam o que se tem de conhecimento teórico e científico sobre o tema principal e suas ramificações. Além disso, para maior aprofundamento teórico, os estudos não serão restritos a pesquisas

que já contenham caráter analítico, abrangendo também documentos elaborados sem qualquer intenção científica ou que ainda não foram interpretados por alguém, tomando como base a proposta de Gil (1996).

Contudo, em relação ao referido contratempo, convém lembrar que algumas pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão deste ou, então, hipóteses que conduzam à sua verificação por outros meios.(GIL, 1996).

Todavia, serão analisadas leis, normativos, cartas circulares e dispositivos institucionais que orientam as melhores práticas e obrigações dos envolvidos no assunto tratado neste projeto.

### 3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

O tema *compliance* foi pesquisado de modo a aprofundar os conhecimentos até o momento explorados, além de trazer informações qualitativas ainda não observadas. Nesse sentido não foi usado qualquer método de caráter quantitativo. Logo, Fachin (2005, p. 82) descreve que “as variáveis qualitativas são definidas por meio de uma descrição analítica, e não medidas ou contadas”.

Contudo, houve o cruzamento e a análise de informações de forma a evitar preferência numérica que implicasse em maior relevância para qualquer uma delas.

### 3.4 COLETA DOS DADOS E INFORMAÇÕES

A coleta de dados e informações foi realizada por meio do acesso a o endereço eletrônico do Conselho de Controle de Atividades Financeiras e análise dos resultados e figuras divulgados nos relatórios de inteligência financeira demonstrados por períodos e por região, para a verificação de questões como o crescimento anual de relatórios elaborados e a concentração de relatórios por região.

#### **4 ESTUDO DE CASO—Conselho de Controle de Atividades Financeiras**

No endereço eletrônico do COAF- Conselho de Controle de Atividades Financeiras (<https://www.fazenda.gov.br/orgaos/coaf>), identifica-se a divulgação da estrutura organizacional de tal órgão, o seu objetivo de atuação, quem está obrigado a colaborar como o mesmo e produção de relatório de inteligência financeira nos período de 1999 até 2018, demonstrando por meio de figuras e tabelas as características e estatísticas das comunicações e produção de relatórios de inteligência financeira.

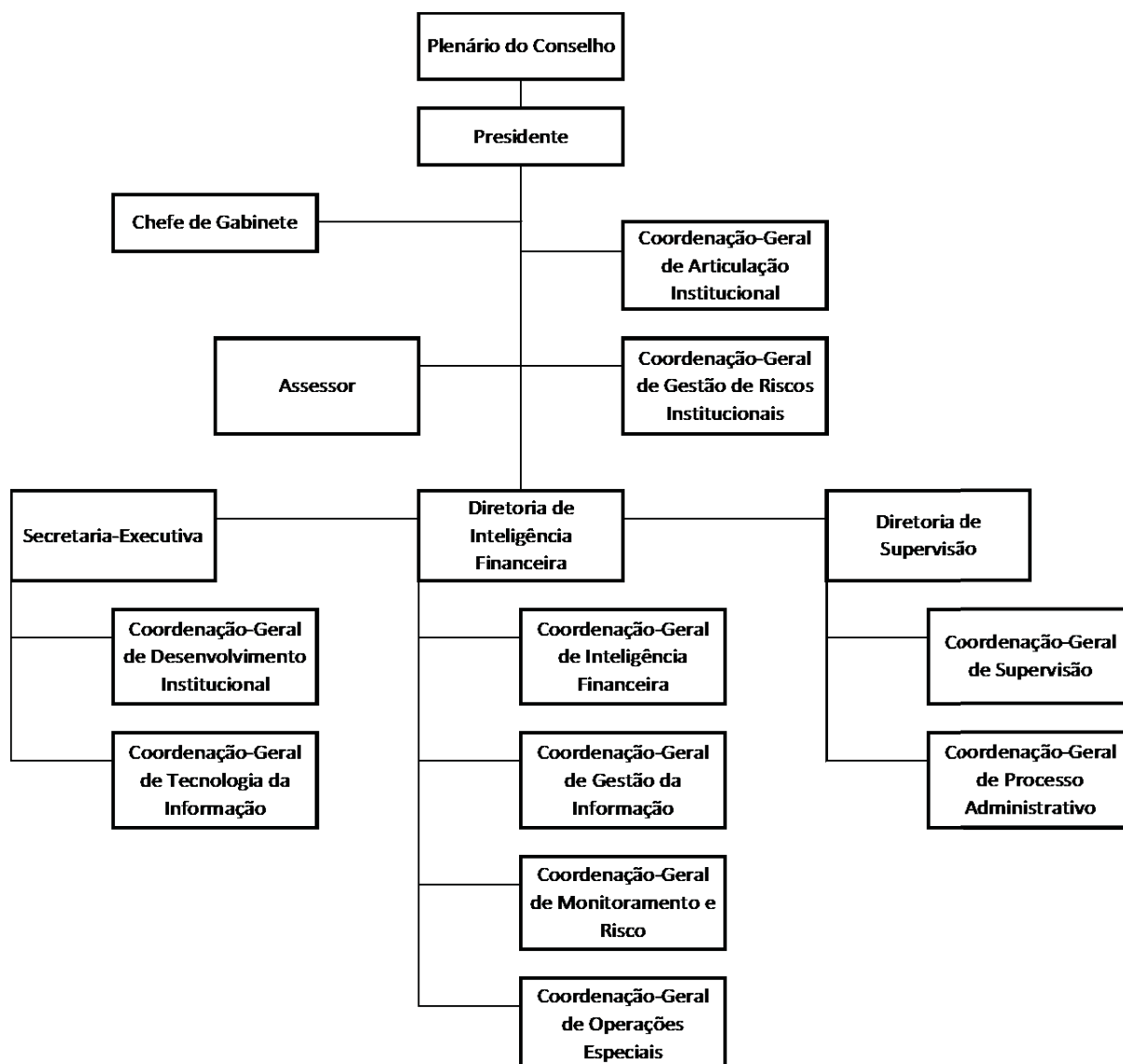
##### **4.1 ESTRUTURA DO COAF**

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, considerado a unidade financeira de inteligência Brasileira, foi criado em 03 de março de 1998, sendo atualmente integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com sede no Distrito Federal tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na referida Lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades públicos. Possui deliberação coletiva, possuindo em sua estrutura um plenário, composto por um presidente e servidores públicos com reputação ilibada e reconhecida competência, integrantes de órgãos importantes para o país, como: Banco Central; Comissão de Valores Mobiliários; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Ministério da Justiça e Polícia Federal. O Presidente do COAF sempre é nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Tomando como base sua estruturação, foi elaborado o organograma de cargos, apresentado abaixo.



FIGURA 1 – ESTRUTURA DE CARGOS DO COAF



FONTE: Brasil (2019, s.p.)

Cada função da composição do organograma possui uma atribuição importante para o desenvolvimento do processo de responsabilidade de tal órgão.

#### 4.1.1 Composição da estrutura do COAF e suas atribuições

O Plenário é composto de um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda, e de oito Conselheiros, escolhidos dentre os integrantes do quadro de pessoal efetivo do Banco Central do

Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, da Secretaria da Receita Federal - SRF, da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, do Departamento de Polícia Federal - DPF e do Ministério das Relações Exteriores, e designados pelo Ministro de Estado da Fazenda, atendendo, nesses três últimos casos, à indicação dos respectivos Ministros de Estado.

Ao Plenário, sem prejuízo de outras atribuições, compete zelar pela observância e aplicação da legislação pertinente; disciplinar a matéria de sua competência; receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas; decidir sobre infrações e aplicar as penalidades administrativas previstas no art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998; expedir as instruções destinadas às pessoas a que se refere o inciso anterior; elaborar a relação de transações e operações suspeitas, nos termos do § 1º do art. 11 da Lei nº 9.613, de 1998; coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações, no país e no exterior; solicitar informações ou requisitar documentos às pessoas jurídicas, para as quais não exista órgão fiscalizador ou regulador; determinar a comunicação às autoridades competentes; e manifestar-se sobre propostas de acordos internacionais, em matéria de sua competência.

Compete ao Presidente do plenário presidir, com direito a voto, inclusive o de qualidade, as reuniões do Plenário do Conselho; dar posse aos membros do Conselho; representar o Conselho perante os Poderes da República, dos Estados e dos Municípios, e demais autoridades, inclusive internacionais; editar os atos normativos e regulamentares necessários ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Conselho; convocar reuniões e determinar a organização da respectiva pauta; assinar os atos oficiais do COAF e as decisões do Plenário; determinar a intimação dos interessados; orientar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas do Conselho e da Secretaria-Executiva; oficiar às autoridades competentes, sempre que os exames concluírem pela existência de fortes indícios de irregularidades; designar perito, para auxiliar nas atividades do Conselho, quando a matéria reclamar conhecimentos técnicos específicos; convidar representante de órgãos ou entidades públicas ou privadas para participar das reuniões, sem direito a voto; designar dia para o julgamento dos processos; executar e fazer executar as decisões do Conselho; e compartilhar

informações com autoridades competentes de outros países e de organismos internacionais.

As atribuições dos Conselheiros abrangem emitir votos nos processos e questões submetidas ao Conselho; proferir despachos e lavrar decisões nos processos em que forem Relatores; submeter ao Conselho requisição de informações e documentos que interessem ao processo; propor ao plenário o exame de fatos que indiquem indícios de irregularidade, nos termos da Lei nº 9.613, de 1998; desincumbir-se das demais tarefas que lhes forem cometidas pelo Regimento Interno do Conselho; e exercer outras atribuições conferidas pelo Plenário ou pela Presidência.

São atribuições da Secretaria-Executiva receber das instituições discriminadas no art. 9º da Lei nº 9.613, de 1998, diretamente ou por intermédio dos órgãos fiscalizadores ou reguladores as informações cadastrais e de movimento de valores considerados suspeitos, em conformidade com os seus art. 10 e 11:

- a) receber relatos, inclusive anônimos, referentes a operações consideradas suspeitas;
- b) catalogar, classificar, identificar, cotejar e arquivar as informações, relatos e dados recebidos e solicitados;
- c) solicitar informações mantidas nos bancos de dados dos órgãos e entidades públicas e privadas;
- d) analisar os relatos, os dados e as informações recebidas e solicitadas, elaborar e arquivar dossiês contendo os estudos delas decorrentes;
- e) solicitar investigações aos órgãos e entidades públicas federais quando houver indícios de operações consideradas suspeitas nas informações recebidas ou solicitadas ou em decorrência das análises procedidas por intermédio das mesmas;
- f) secretariar, em caráter permanente, os trabalhos do Conselho;
- g) fiscalizar o cumprimento das decisões do Conselho; e exercer outras atribuições conferidas pelo Conselho ou pela Presidência.

## 4.2 OBJETO DE ATUAÇÃO

O COAF tem como finalidade a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, atuando no compilamento e análise de informações, provenientes de diversas instituições públicas e privadas. Há também o compartilhamento de informações com autoridades pertinentes de outros países e de organismos internacionais, com base na reciprocidade ou em acordos.

### 4.2.1 Lavagem de dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

O crime de lavagem de dinheiro está previsto na Lei Nº 9.613, de 03 de Março de 1998, alterada pela Lei nº 12.683, de 2012, que disciplina sobre a prevenção da lavagem de dinheiro no sistema financeiro e criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Lavagem de dinheiro é o ato de ocultar a origem de recursos ou ativos ligados diretamente ou indiretamente a algum tipo de crime. O crime de lavagem de dinheiro possui pena de reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos e multa.

No Brasil a tipificação do terrorismo e o seu financiamento estão descritos na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, que consiste basicamente na prática de atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, provocando terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

## 4.3 PESSOAS OBRIGADAS NO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

Têm-se como obrigadas a fazer o controle de atividades financeiras e patrimoniais pessoas jurídicas e físicas que contemplem em sua atividade a administração de recursos financeiros e/ou ativos financeiros. São exemplos de atividades obrigadas: instituições financeiras; administração de imóveis; comercialização de bens de alto valor e luxo; juntas comerciais; consultores, contadores e auditores; e empresas de transporte de valores.

As pessoas obrigadas têm como responsabilidade manter um cadastro

atualizado dos seus clientes que permita a sua real identificação; registrar toda as movimentações em moeda nacional e estrangeira e qualquer outro ativo que pode ser convertido em dinheiro; manter controles internos compatíveis com o seu porte; e manter seu cadastro regular junto ao Coaf, juntamente no atendimento de qualquer requisição.

As comunicações efetuadas pelas pessoas obrigadas aos mecanismos de controle devem focar nas operações que constituem maiores indícios de crimes de lavagem de dinheiro e/ou financiamento ao terrorismo, dentro de um prazo de 24 horas após a constatação de tal fato. Logo, havendo a inexistência de qualquer comunicação dentro do ano, deve-se enviar declaração de não ocorrência de operações.

Têm-se como pessoas obrigadas a efetuar comunicação ao COAF, pessoas físicas ou jurídicas que possuam em sua atividade a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira; a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial; e a custódia, emissão, distribuição, liquidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários. São exemplos: bancos, seguradoras, imobiliárias, escritórios de contabilidade, administradoras de investimentos, leilões e empresas de transporte de valores.

Havendo qualquer irregularidade no cumprimento das obrigações da referida carta circular, as pessoas obrigadas estão expostas as sanções como: advertência; multa; inabilitação temporária; e/ou cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

#### 4.3.1 Comunicações

Há dois tipos de comunicações recebidas pelo COAF, descritas na carta circular nº 3461/2009 alterada pela nº 3839/3017, sendo comunicações em espécie (COE) e comunicações suspeitas (COS).

Comunicações em espécie, são depósitos ou saques de valores acima de R\$ 50.000,00, caracterizados com recursos em espécie, que no momento da entrada e da saída dos recursos independente de qualquer indício, devem ser diretamente comunicados ao COAF o seu beneficiário e o valor efetivo da operação. Este é um tipo

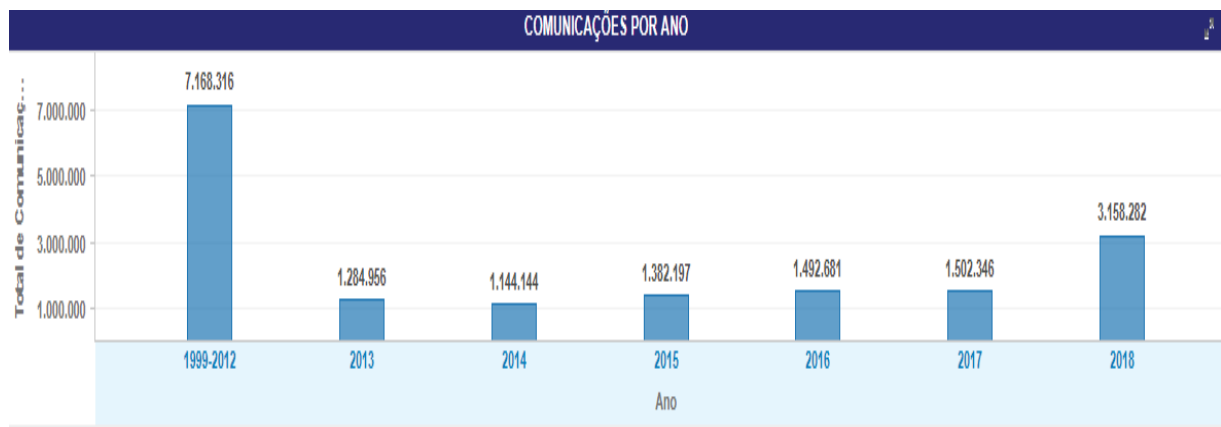
de comunicação específica para instituições financeiras.

Comunicações suspeitas vêm por meio do monitoramento de movimentações financeira e patrimoniais que apresentam atipicidades descritas na carta circular do Banco Central do Brasil nº 3542/12, sendo que encontrado atipicidades a mesma deve ser exposta através de um relatório que contenha as seguintes informações: atipicidades encontradas, tempestividade de 90 dias e informações de “conheça seu cliente”.

#### 4.3.2 Estatísticas de comunicação

Fica divulgado em forma de FIGURA os números provenientes da quantidade de recebimentos de comunicações tanto em espécie, como suspeitas, estando dividido em períodos anuais e também por tipos, conforme demonstrado no Figura 1.

FIGURA 1 - COMUNICAÇÕES POR ANO



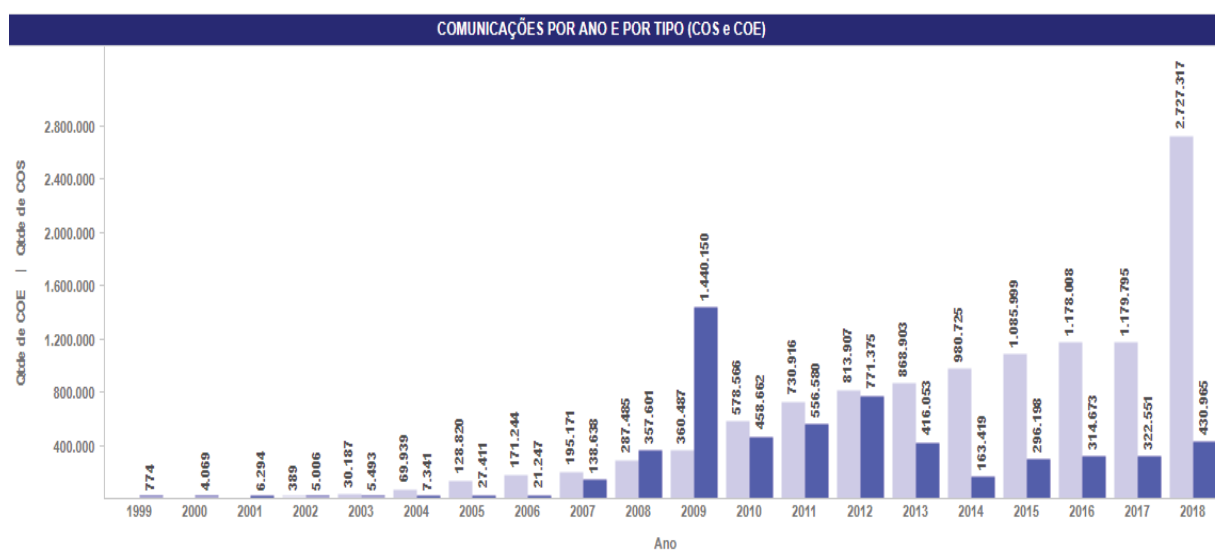
FONTE: COAF (2019, s.p.)

Os números do COAF trazem consolidados os dados dos anos de 1999 até 2012, sendo um total de 7.168.316 comunicados no período, tendo como uma média de 512.022,06 comunicações ao ano, havendo um crescimento considerável nos anos seguintes chegando a uma média de 1.660.770,16. Fica demonstrado que a quantidade de recebimento de comunicações vem aumentando ao longo dos anos, chegando ao maior número em 2018 com 3.158.295 comunicações. Infere-se que o aumento no

número de comunicações vem crescendo não por um aumento da ocorrência de atipicidades pelos usuários de recursos financeiros, mas sim por um maior controle por parte das pessoas obrigadas ao report de informações que cada vez mais vem tratando com seriedade a atuação em *compliance* com os órgãos reguladores e leis vigentes que previnem a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Dentre a totalidade do envio de comunicações tem-se a divisão das comunicações em espécie e as comunicações suspeitas, sendo exposto o seguinte FIGURA 2.

FIGURA 2 - COMUNICAÇÕES POR ANO E TIPO



FONTE: COAF (2019, s.p.)

As comunicações em espécie dentro do país iniciaram como o volume modesto de 774 comunicações no ano de 1999, chegando a 430.975 em 2018. Observa-se um sucessivo crescimento linear no volume até o ano de 2017, havendo uma diferença significativa do ano de 2017 para o ano de 2018, em virtude da mudança do valor de movimentação em espécie que passou da obrigação de R\$ 100.000,00 para R\$ 50.000,00. O crescimento significativo demonstra uma maior atenção nos controles estabelecidos nas instituições financeiras para o *report* de forma automática de tais situações, sendo que aproximadamente 10 anos atrás as situações e os fatos eram analisados de forma manual.

As comunicações suspeitas começaram a ser reportadas somente dois anos após a obrigatoriedade, no ano de 2001, não apresentando crescimento linear, mas sim oscilação durante o período.

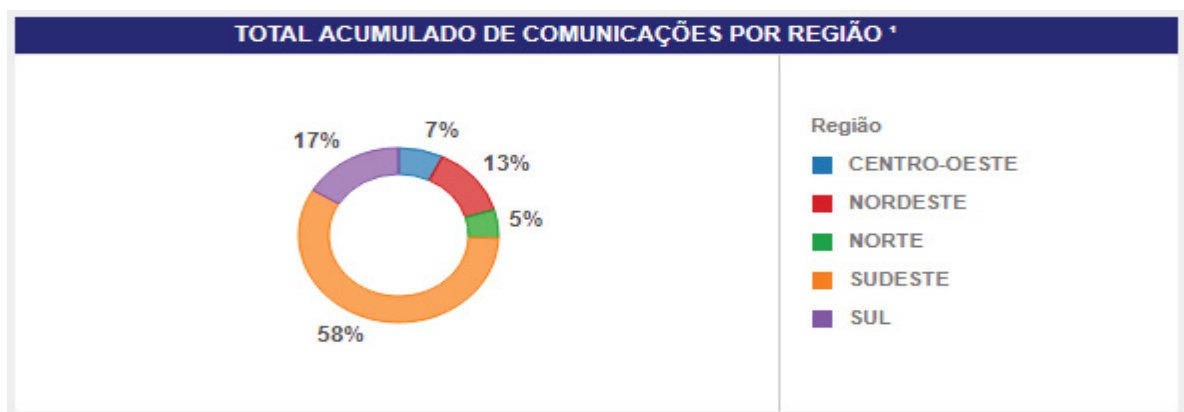
Assim tem-se como conclusões que:

- a) Até o ano de 2006 as comunicações suspeitas tinham um volume inexpressivo em relação às comunicações em espécie;
- b) Houve um aumento significativo no volume de comunicações suspeitas no ano de 2009, ficando evidente o impacto da carta circular do Banco Central do Brasil nº 3461/2009, que instituiu para instituições financeiras o dever de implementar procedimentos de controle interno destinados a prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo;
- c) Após o crescimento expressivo de comunicações suspeitas no ano de 2009, o volume em média sempre se manteve abaixo das comunicações em espécie;
- d) Verifica-se o aumento de aproximadamente o dobro de comunicações em espécie no ano de 2012 em relação aos anos anteriores, sendo o fato da alteração da carta circular nº 3.461/2009, pela carta circular nº 3.839/2017.

É apresentado também como está dividido geograficamente as localidades das pessoas físicas e jurídicas que tiveram movimentações financeiras comunicadas ao COAF, conforme o Figura 3.



FIGURA 3 - COMUNICAÇÕES POR REGIÃO



FONTE: COAF (2019, s.p.)

Como demonstrado por regiões tem-se a divisão das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul, observando que a região Sudeste, apresenta o maior número de envio de comunicações, tendo a fatia de 58% de todas as outras regiões. Fica evidente que essa expressividade tem como justificativa a região sudeste possuir cidades e capitais importantes no quesito circulação de recursos, sendo aonde se encontra estabelecido às grandes empresas do país.

#### 4.4 PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

Na recepção das comunicações o COAF, consegue trabalhar no seu objetivo principal que é a análise do cruzamento de informação de pessoas físicas e jurídicas, para a produção de relatórios de inteligências financeira que podem ou não dar início a processos de investigação desenvolvidos pelo ministério público.

Relatório de inteligência financeira é um documento de extremo sigilo elaborado por meio do trabalho de análise das comunicações recepcionadas pelo COAF, sendo que este pode ser proveniente de informações de mais de uma comunicação.

Sendo constatado por meio do relatório que certo indivíduo apresenta indícios de lavagem de dinheiro ou qualquer outro crime, esse é reportado para as autoridades competentes.

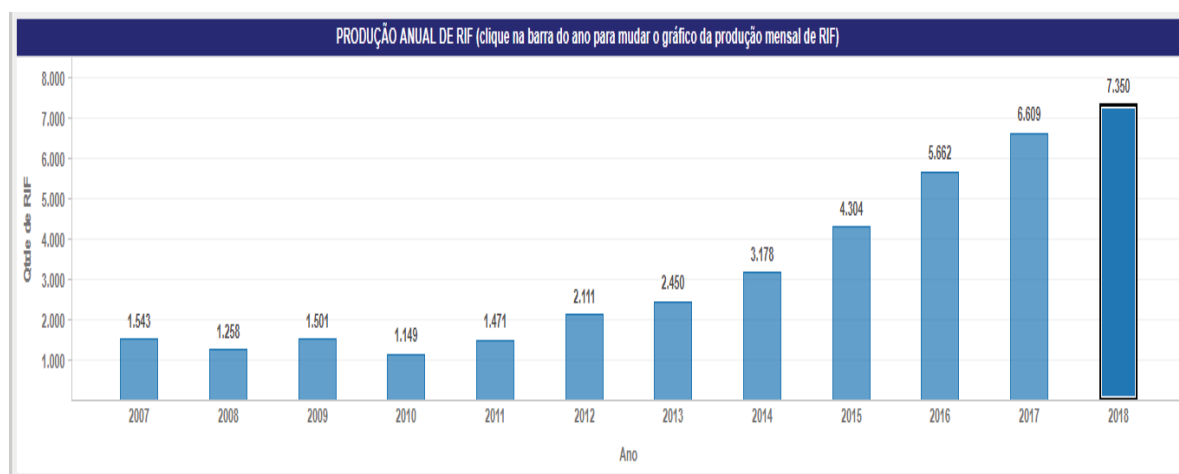
Há a iniciativa da produção de um relatório de inteligência financeira por meio

de classificações de risco internas do COAF e também por solicitações de órgãos externos.

#### 4.4.1 Estatísticas da produção de relatórios de inteligência financeira (2007- 2018)

Por meio da figura 4 fica evidenciado a volumetria do trabalho executado pela equipe de analistas e toda a estrutura disponível do órgão. Logo, pode-se comparar os números ao todo no país, que sucessivamente apresenta nas médias volumes expressivos de movimentações de recursos ilícitos.

FIGURA 4 - PRODUÇÃO ANUAL DE RIF



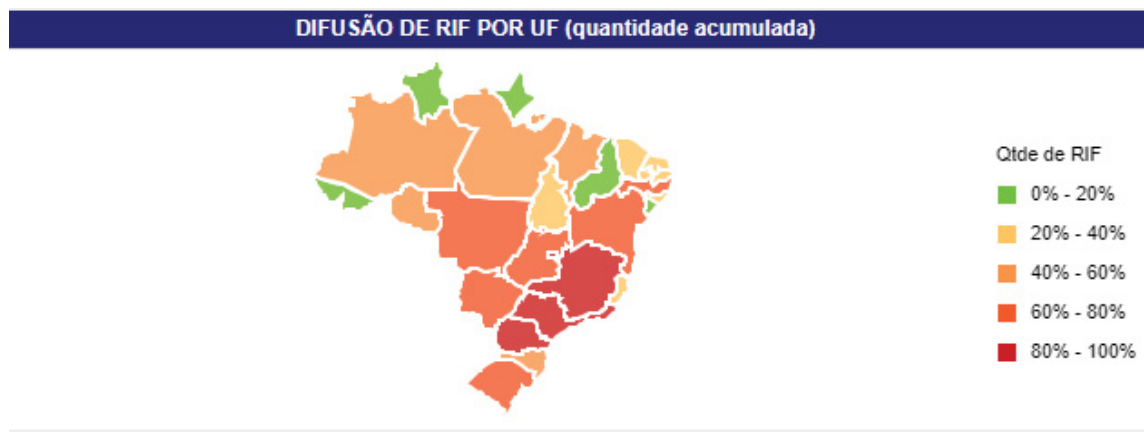
FONTE: COAF (2019, s.p.)

A Figura 4 apresenta a produção de 1543 relatórios de inteligência financeira no ano de 2007, para 11 anos depois, no ano de 2018 produzir 7350, um crescimento positivo de 79%, não demonstrando variações significativas. Os números anteriores ao ano de 2007, não estão divulgados.

#### 4.4.2. Estatísticas da produção de relatórios de inteligência financeira por regiões do país

Nas estatísticas por região, tem-se o Distrito Federal, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, como maiores produtores de Relatórios de Inteligência Financeira do país, conforme aponta a Figura 5.

FIGURA 5 - DIFUSÃO DE RIF POR UF



FONTE: COAF (2019, s.p.)

Identifica-se que o maior número de relatórios de inteligência financeira é produzido nas principais regiões com maior número de empresas e número populacional. A produção de relatório de inteligência financeira aumenta ao longo dos anos, estando concentrada nos maiores centros econômicos do país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os cidadãos e empresas devem se responsabilizar por seus envolvimento, tendo como exemplo, instituições na busca de seus lucros analisarem com quem estão se relacionando para obter tais objetivos. Organizações empresariais que possuem em sua atividade econômica a visão das atividades financeiras de seus envolvidos (físicas ou jurídicas), utilizam o *compliance financeiro* como grande aliado no monitoramento e avaliação de movimentações financeiras, para estarem em conformidade com a legislação vigente, não devendo fechar os olhos para qualquer atipicidade apresentada.

Estando o objetivo geral e os objetivos específicos atingidos, este trabalho teve como fim mapear as informações divulgadas no site do Conselho de Controle de Atividades financeiras, órgão máximo de inteligência financeira no Brasil, provenientes do resultado da configuração de relatórios de *compliance financeiro*, seja por comunicações suspeitas ou em espécie, por ano e regiões. Ficou identificado que no sítio do Conselho de Controle de Atividades financeiras está disposto onde o mesmo está alocado dentro do poder executivo do país, o instrumento legal que determina a sua criação, seu organograma e a estrutura do seu plenário de deliberação, as funções de cada componente do plenário e o objeto principal de atuação do órgão.

Houve um levantamento de quem está obrigado a reportar informações de inconformidade financeira para o órgão, seus setores de atuação e as principais áreas atuantes, ficando claro que a principal atividade de *report* de informação são instituições financeiras, pela característica principal de administração de recursos. Conceitua-se o que são comunicação em espécie e o que são comunicação suspeitas, descrevendo suas principais características.

E de forma consolidada verificou-se que os volumes de relatórios de inteligência financeira tiveram um aumento expressivo nos últimos anos, sendo estes mais concentrados na região sudeste. Confrontando este apontamento com o fato de que o maior volume de comunicações de atos ilícitos está concentrado na região sudeste verifica-se a necessidade de uma intensificação da atividade de fiscalização do Conselho de Controle de Atividades Financeiras neste local a fim de evitar a proliferação de ilicitudes.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras vem sendo cada vez mais conhecido pelos Brasileiros nas divulgações de operações que acabam por apreender indivíduos que praticaram crimes de lavagem de dinheiro. Diante disso surge a oportunidade de continuidade do estudo dos principais desafios que órgão tem para colaborar cada vez mais com o desenvolvimento do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ABBI - Associação Brasileira de Bancos Internacionais. **Função de Compliance**. Disponível em: <[http://www.abbi.com.br/download/funcaoodecompliance\\_09.pdf](http://www.abbi.com.br/download/funcaoodecompliance_09.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- ACCORSI, A. O banco do futuro: perspectivas e desafios. **Revista de Administração**, v. 49, n. 1, p. 205-216, 2014.
- ALBUQUERQUE, N.N. Gestão de controles internos: a implementação e os benefícios na mitigação do risco e otimização dos processos. **IBC do Brasil**, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/mZgzEW>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno completo**. 8º edição. São Paulo: Atlas, 2012.
- AMORIM, E. C.; CARDOZO, M. A.; VICENTE, E. F. R. Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e compliance no combate e prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 31, n. 3, p. 23-35, 2012.
- AMORIM, E. N. C. Cardozo, M. A. Vicente, E. F. R. **UEM – Paraná**. Setembro/Dezembro 2012.
- AQUINO, W.; SANTANA, A. C. Evidenciação. **Caderno de Estudos**. FIPECAFI: São Paulo, n. 5, 1999.
- ATTIE, W. **Auditoria conceitos e aplicações**. 6º Edição. São Paulo: Atlas, 2011.
- BCB - **Banco Central do Brasil**. Disponível em <[https://www.bcb.gov.br/estabilidade\\_financeira/sfn](https://www.bcb.gov.br/estabilidade_financeira/sfn)>. Acesso em: 18 março. 2019.
- BEUREN, I. M. Longaray, A. A. Raupp, F. M. Sousa, M. A. B. **Como Elaborar Trabalhos MonoFIGURAs em Contabilidade Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BEUREN, I. M.; DALLABONA, L. F.; DANI, A. C. Disclosure de informações sobre gestão de riscos e controle interno pelas empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Economia e Administração**, v. 10, n. 1, p. 44-65, 2011.
- BRASIL<sup>1</sup>. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro FIGURA, 1988.
- BRASIL<sup>2</sup>. Controladoria-Geral da União. **Guia de Integridade Pública**. Brasília. 2015.
- BRASIL<sup>3</sup>. Ministério da Economia. **Organograma Coaf**. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2XngkRm>> Acesso em 18 mar. 2019.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **DISCLOSURE**. Disponível em <<https://goo.gl/gZZ8wc>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CERVO; BERVIAN. **Metodologia científica para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. 1983.

COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/orgaos/coaf>>. Acesso em: 18 março. 2019.

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. **Controle Interno - Estrutura Integrada**. Trad. PWC. 2013.

DE LIRA. **O que é COMPLIANCE e como o profissional da área deve atuar?** Disponível em: <<https://goo.gl/xEioYt>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ERNST & YOUNG, L.L.P. ISO 19600 International standard for compliance management. **EY – Building a better working world**, 2015.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GOULART, A. M. C. Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GRAMLING, A. A; RITTENBERG, L. E; JOHNSTONE, K. M. **Auditoria**. 7º edição. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

HENDRIKSEN E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

JATAHY, P. J. C.; VIEIRA, M. M. F. Mudança Organizacional, Controle e Desempenho: a experiência do Banco Central do Brasil com o combate à lavagem de dinheiro. **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. 31, p. 77-101, 2004.

JUNG, L. W. Lavagem de dinheiro e a responsabilidade do contador. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 6, n. 17, p. 39-54, 2007.

LAUDELINO, J. A. DE S. **Evidenciação de riscos de empresas que captam recursos no mercado de capitais brasileiro**: um estudo do setor de energia elétrica. 2008, 183f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução a administração**. 7º edição. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evi- denciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 1996, Brasília. **Anais...** Brasília, CFC, 1996.

OLIVEIRA, A. F. C. S.; AMARAL, H. F.; SILVA, J. A. B. B. Estudo empírico sobre economias de escala dos bancos no Brasil. **Revista de Economia e Administração**, v. 2, n. 1, p. 46-66, 2003.

PEDERNEIRAS, M. M. M. et al. Marcos Regulatórios do Controle Interno: Um Estudo na Ambientação com o Controle Externo e o Controle Social no Brasil. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 15, n. 1, p. 2-17, 2018.

PEREIRA, A. N.A importância do controle interno para a gestão de empresas. **Pensar Contábil**, v. 6, n. 25, 2004.

RAMOS, P. R. A. A Corrupção na Administração Pública e crimes de 'lavagem' ou ocultação de bens, direitos e valores. **Revista Mineira Contabilidade**, v. 4, n. 40, p. 14-22, 2010.

RITTA, C. O.

Análise comparativa do controle interno no contas a receber e a pagar nas empresas Beta Ltda e Alfa Ltda. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 26, p. 63-78, 2010.

ROCHA. **Desmistificando a Implementação de um Sistema de Compliance**. São Paulo: Brasiliano INTERISK, 2018.

SANTOS, R. A. D.; GUEVARA, A. J. H.; AMORIM, M. C. S. Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. **Revista de Administração**, v. 48, n. 1, p. 53-66, 2013.

SILVA, J. L. R. MARQUES, L. F. B. TEIXEIRA, R. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNISINOS**. Outubro/Dezembro 2011.

TERRA, D. M.; BIANCHI, E. M. P. G. 'Compliance' nas Micro e Pequenas Empresas: Percepções de Seus Administradores . **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 7, n. 3, p. 1-32, 2018.